



NOTA À IMPRENSA

Assunto: Floresta

Data: 10 de janeiro 2018

Os Municípios portugueses estão inteiramente disponíveis para participarem em todas as medidas de salvaguarda da floresta e de prevenção de incêndios florestais e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) está empenhada, em diálogo com o Governo, em encontrar as soluções adequadas.

Dada a importância destas matérias, vertidas num conjunto de legislação relativa à floresta e aos incêndios florestais, e na própria Lei do Orçamento do Estado para 2018, este assunto foi objeto de reflexão no último Conselho Diretivo da ANMP realizado ontem, em Coimbra, no qual foram identificados alguns constrangimentos e a necessidade de abrir o diálogo com o Governo para a procura de soluções.

Os Municípios estão, naturalmente, empenhados neste processo, mas conhecem a realidade e sabem que, para que a legislação seja exequível e tenha os efeitos positivos pretendidos, é preciso tempo, meios humanos e financeiros e o conhecimento atualizado do cadastro das propriedades.

A ANMP entende que as penalizações não resolvem os problemas da floresta. Os problemas existentes na floresta portuguesa resolvem-se através da adoção de políticas nacionais e de uma cooperação forte entre a Administração Central e a Administração Local, envolvendo também as diversas entidades públicas e privadas.